ASSINADO DIGITALMENTE
Validade jurídica assegurada conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a ICP-Brasil
bry

GAZETA DO SUL S A
95.424.834/0001-30

Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5

Data: 05/07/2025

Citycar Aluguel de Veículos S.A. - CNPJ: 68.765.049/0001-79 - NIRE: 43300063364 - Rua 28 de setembro, nº 1119 – sala 2 - Bairro Goiás - CEP 96.810-234 - Santa Cruz do Sul-RS - **Relatório da Administração:** Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Citycar Aluguel de Veículos S.A., submete à apreciação de V. Sa., o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, elaboradas de acordo com o padrão contábil brasileiro, referentes ao exercício social de 2024, acompanhadas das Notas Explicativas e o Relatório do Auditor Independente. Santa Cruz do Sul RS, 04 de abril de 2025. Atenciosamente

Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2024

Balanço Patrimonial - Em Milhares de Reais

Ativo	Nota	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Circulante		131.720	136.631
Caixa e Equivalentes de Caixas	5	42.843	41.798
Contas a Receber de Clientes	6	18.585	13.236
Tributos a Recuperar	7	2.315	2.806
Adiantamentos a Funcionários e Fonecedores		369	2.019
Carros em Desativação para Renovação da Frota	8	65.809	74.628
Partes Relacionadas		304	0
Outros Direitos Realizáveis		1.495	2.144
Não Circulante		124.025	128.654
Investimentos	9	289	278
Imobilizado	10	123.736	128.376
Total do Ativo		255.745	265.285

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Circulante		130.383	134.023
Fornecedores	11	13.153	1.545
Instituições Financeiras	12	114.874	128.507
Obrigações Fiscais e Tributárias	13	232	249
Obrigações Sociais e Trabalhistas	14	887	674
Férias e Encargos a Pagar	15	454	471
Adiantamentos de Clientes	16	757	2.551
Outras Obrigações		26	26
Não Circulante		77.928	98.532
Instituições Financeiras	12	77.928	98.532
Patrimônio Líquido	17	47.434	32.730
Capital Social		10.000	10.000
Reservas de Capital		5.500	5.500
Reservas de Lucros		31.934	17.230
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		255.745	265.285

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reservas de Capital Ágio na Subscrição de Ações	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reservas de Lucros a Disposição dos Acionistas	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos iniciais em 01 de janeiro de 2023	10.000	5.500	389	10.327	0	26.216
Lucro líquido do exercício					7.829	7.829
Destinações propostas no exercício:						
- Lucros distribuídos					-1.315	-1.315
- Constituição reserva legal de 2022			475		-475	
- Constituição/(Reversão) de reservas			391	5.648	-6.039	0
Saldos finais em 31 de dezembro de 2023	10.000	5.500	1.255	15.975	0	32.730
Lucro líquido do exercício					15.461	15.461
Destinações propostas no exercício:						
- Lucros distribuídos					-757	-757
- Constituição/(Reversão) de reservas			745	13.959	-14.704	0
Saldos finais em 31 de dezembro de 2024	10.000	5.500	2.000	29.934	0	47.434

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2024 - (Valores em Milhares de Reais)

Nota 1. Informações Gerais: A Companhia tem por objeto social as atividades de locação de veículos automotores e equipamentos e outros meios de transporte, sem condutor. A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão e divulgação destas demonstrações financeiras em 04 de abril de 2025, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que possam ter efeito sobre estas demonstrações financeiras. **Nota 2. Resumo das Principais Políticas Contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo: 2.1 Base de Preparação - As demonstrações financeiras individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa "3". 2.2 Caixa e Equivalentes de Caixa - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até noventa dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. 2.3 Instrumentos Financeiros - 2.3.1 Classificação - A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias: - Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, na conta "Encargos Financeiros Líquidos". Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui Caixas e Equivalentes de Caixa nessa classificação. - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda - Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação. - Passivos Financeiros - A Companhia mantém derivativos para fins especulativos, contudo não possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. 2.3.2 Reconhecimento e Mensuração - As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros são, subsequentemente, contabilizados pelo custo histórico. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado com Instrumentos Financeiros" no período em que ocorrem. 2.3.3 Compensação de Instrumentos Financeiros - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 2.4 Carros em Desativação para Renovação da Frota - São classificados como "carros em desativação para renovação da frota" os carros cujos valores contábeis serão recuperados por meio da venda, em vez do uso contínuo. Essa condição é considerada atendida quando: (i) os carros estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sendo sua venda altamente provável; (ii) a Administração está comprometida com a venda dos carros desativados do imobilizado; (iii) os carros são efetivamente colocados à venda por preço razoável em relação ao seu valor justo corrente; e (iv) espera-se que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação. Os carros em desativação para renovação da frota são apresentados pelo menor valor entre o valor justo deduzido das despesas estimadas de venda e o seu valor contábil líquido, que contempla o custo de aquisição líquido da depreciação acumulada até a data em que são classificados como "carros em desativação para renovação da frota". Para fins de classificação como "carros em desativação para renovação da frota" para os veículos com contrato firmado a pessoas jurídicas, todos os carros devolvidos pelos clientes são classificados como "carros em desativação para renovação da frota", uma vez que a Administração não possui expectativa de alugá-los novamente. 2.5 Investimentos - Os investimentos estão avaliados pelo custo de aquisição. 2.6 Imobilizado - O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear. Os ganhos e as perdas de alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos", na demonstração do resultado. 2.7 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido - Impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas Leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, para imposto de renda e contribuição social. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferido são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. 2.8 Apuração do Resultado e Reconhecimento da Receita - O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita de venda reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes. A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia. 2.9 Regime de Tributação - A Companhia é tributada com base no Lucro Real. 2.10 Empréstimos e Financiamentos - Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **Nota 3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. 3.1 Estimativas e Premissas Contábeis Críticas - Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão. As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir: Reconhecimento de Receita - A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos. Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros Impostos - A Companhia reconhece ativos e passivos com base na diferença entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. **Nota 4. Gestão de Risco Financeiro:** 4.1 Considerações Gerais e Políticas - A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. São contratadas aplicações financeiras. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras. Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas. 4.2 Fatores de Riscos Financeiros - As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela administração da Companhia. A administração identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa. Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota. **Risco de Mercado: Risco Cambial**: A Companhia não apresenta ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, tão logo não está exposta ao risco cambial. **Risco de Crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de créditos a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela diretoria executiva. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes. **Risco de Liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada nas unidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. O excesso de caixa mantido pelas unidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido. A administração investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Demonstração do Resultado - Em Milhares de Reais

	Nota	01/jan./24 a 31/dez./24	01/jan./23 a 31/dez./23
Receita Operacional Líquida	18	87.253	96.775
Custos dos Serviços		-11.605	-10.807
Lucro Bruto		75.648	85.968
Despesas/Receitas Operacionais		-21.634	-37.011
Despesas Gerais e Administrativas		-60.072	-71.971
Despesas com Pessoal		-6.731	-6.907
Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos		45.169	41.867
Result. Antes das Receitas e Desp. Financeiras		54.014	48.957
Receitas Financeiras	19	5.946	4.921
Despesas Financeiras	19	-36.835	-42.869
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social Sobre o Lucro		23.125	11.009
IR e CS Correntes		-7.664	-3.180
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício		15.461	7.829

Demonstração do Resultado Abrangente - Em Milhares de Reais

	01/jan./24 a 31/dez./24	01/jan./23 a 31/dez./23
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício	15.461	7.829
Movimentação do Exercício	0	0
Resultado Abrangente do Exercício	15.461	7.829

Demonstração dos Fluxos de Caixa - (Método Indireto) - Em Milhares de Reais

	01/jan./24 a 31/dez./24	01/jan./23 a 31/dez./23
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado Antes do IR e da CS	23.125	11.009
Ajustes por:		
Alienação do Imobilizado	12.560	48.430
Férias e Encargos a Pagar	-16	-11
Depreciação	53.607	65.626
Lucro Ajustado	89.276	125.054
IR e CS Pagos	-7.664	-3.180
(Aumento)/Redução dos Ativos		
Contas a Receber de Clientes	-5.349	-2.004
Tributos a Recuperar	491	1.072
Adiantamentos a Funcionários e Fonecedores	1.650	982
Outros Direitos Realizáveis	649	204
Aumento/(Redução) dos Passivos		
Fornecedores	11.608	-20.317
Obrigações Fiscais e Tributárias	-17	28
Obrigações Sociais e Trabalhistas	213	-29
Outras Obrigações	-1	-124
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	90.856	101.686
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aplicação no Imobilizado	-52.708	-31.762
Partes Relacionadas	-304	317
Aplicação em Investimentos	-11	-212
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos	-53.023	-31.657
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Instituições Financeiras	-34.237	-86.826
Adiantamentos de Clientes	-1.794	891
Consórcios a Pagar	0	-246
Distribuição de Lucros	-757	-1.315
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamentos	-36.788	-87.496
Aumento Líquido/(Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.045	-17.467
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	41.798	59.265
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	42.843	41.798

Nota 5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Caixa e Bancos	1.309	84
Aplicação de Liquidação Imediata	41.534	41.714
	42.843	41.798

Nota 6. Contas a Receber de Clientes

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Duplicatas a Receber	18.532	12.701
Cartões de Crédito	53	535
	18.585	13.236

Nota 7. Tributos a Recuperar

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
COFINS a Recuperar	0	426
PIS a Recuperar	0	111
IRRF a Recuperar	232	1.143
IRPJ a Recuperar – Saldo Negativo	1.873	897
CSLL a Recuperar – Saldo Negativo	210	229
	2.315	2.806

Nota 8. Carros em Desativação para Renovação da Frota: Os carros em desativação para renovação da frota são apresentados pelo menor valor entre o valor justo deduzido das despesas estimadas de venda e o seu valor contábil líquido, que contempla o custo de aquisição líquido da depreciação acumulada até a data em que são classificados como "carros em desativação para renovação da frota". O valor em 31 de dezembro de 2024 representa R$ 65.809 (R$ 74.628, em 31 de dezembro de 2023).

Nota 9. Investimentos: Os investimentos estão avaliados pelo custo de aquisição, conforme apresentado abaixo:

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Cota de Capital Sicredi	289	278
	289	278

Nota 10. Imobilizado: A composição dos saldos está assim demonstrada:

Imobilizado	Taxa Depreciação	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	31 de Dezembro de 2024 Valor Residual	31 de Dezembro de 2023 Valor Residual
Benfeitorias Imóveis e Terceiros	4%	251	(246)	5	13
Veículos de Uso	20%	200.538	(77.018)	123.520	128.076
Móveis e Utensílios	10%	86	(64)	22	28
Programas de Informática e Computadores	20%	340	(193)	147	204
Máquinas e Equipamentos	10%	143	(101)	42	55
		201.358	(77.622)	123.736	128.376

A seguir está demonstrada a movimentação ocorrida no imobilizado da Companhia no período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024:

	31 de Dezembro de 2023	Aquisições	Baixas	Transferência Desativação de Frotas	Depreciação	31 de Dezembro de 2024
Benfeitorias Imóveis e Terceiros	13	0	0	0	(8)	5
Veículos de Uso	128.076	52.697	(12.557)	8.819	(53.515)	123.520
Móveis e Utensílios	28	0	0	0	(6)	22
Programas de Inform. e Computadores	204	11	(3)	0	(65)	147
Máq. e Equipamentos	55	0	0	0	(13)	42
	128.376	52.708	(12.560)	8.819	(53.607)	123.736

Nota 11. Fornecedores: A companhia possui títulos de fornecedores registrados no passivo circulante, (com prazo de vencimento em até 12 meses). Em 31 de dezembro de 2024 representa R$ 13.153 (R$ 1.545, em 31 de dezembro de 2023).

Nota 12. Instituições Financeiras

	31 de Dezembro de 2024 Circulante	31 de Dezembro de 2024 Não Circulante	31 de Dezembro de 2023 Circulante	31 de Dezembro de 2023 Não Circulante
Banco Safra	16.372	0	0	0
Banco Bradesco	7.550	9.142	17.286	22.447
Banco Itaú	25.743	20.793	22.409	27.042
Banco Santander	16.578	24.917	22.594	8.901
Banco Sicredi	1.592	1.671	3.347	3.051
Banco do Brasil	16.414	16.209	10.302	7.185
Banco RCI	3.060	(14)	4.232	(662)
Banco GM	27.565	5.210	48.337	30.568
	114.874	77.928	128.507	98.532

Nota 13. Obrigações Fiscais e Tributárias

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
IRPJ a Recolher	7	165
CSLL a Recolher	71	70
COFINS a Recolher	124	0
ISS a Recolher	1	2
PIS a Recolher	26	0
IRRF a Recolher	1	6
CSRF a Recolher	2	6
	232	249

Nota 14. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Salários a Pagar	374	458
PLR a Pagar	300	0
FGTS a Pagar	35	35
INSS a Pagar	115	130
IRRF a Pagar	63	51
	887	674

Nota 15. Férias e Encargos a Pagar

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Férias a Pagar	332	348
FGTS sobre Férias a Pagar	27	28
INSS sobre Férias a Pagar	95	95
	454	471

Nota 16. Adiantamentos de Clientes: Referem-se aos adiantamentos de clientes no curso normal de suas operações, representando R$ 757, em 31 de dezembro de 2024 (R$ 2.551, em 31 de dezembro de 2023). **Nota 17. Patrimônio Líquido:** Capital social - O capital social está totalmente subscrito e integralizado, compostos 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias e nominativas, no valor nominal de R$ 1,00 cada uma, pertencentes a acionistas domiciliados no país.

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Capital Social	10.000	10.000
	10.000	10.000

Reservas de Capital - Ágio na Subscrição de Ações - Resultante da emissão das novas ações emitidas e adquiridas pela Sponchiado Participações S.A. Reservas de Lucros - O saldo da conta de Lucros Acumulados será destinado à Reservas de Lucros a Disposição dos Quotistas, conforme disposto no artigo nº 202, da Lei nº 6.404/76. Reservas de Lucros - Reserva Legal - Calculada nos termos do artigo nº 193, da Lei nº 6.404/76, à razão de 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido do Exercício, limitado a 30% do Capital Social da Companhia.

Nota 18. Receita Operacional Líquida

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Receita Operacional Bruta		
Locação de Veículos	96.450	106.817
(-) Deduções		
Impostos e Contribuições	(9.197)	(10.042)
Receita Operacional Líquida	87.253	96.775

Nota 19. Receitas e Despesas Financeiras, liquidas

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
(+) Receitas Financeiras		
Juros Auferidos	158	508
Rendimentos de Aplicação Financeira	5.555	4.240
Dividendos Recebidos	0	165
Descontos Obtidos	233	8
	5.946	4.921
(-) Despesas Financeiras		
Juros e Multas Pagos	(36.538)	(42.048)
Despesas Bancárias	(197)	(465)
Descontos Concedidos	(88)	0
IOF	(12)	(356)
	(36.835)	(42.869)

Nota 20. Provisões p/Contingências: Baseados nas estimativas dos assessores jurídicos da sociedade em 31 de dezembro de 2024 não foram identificadas ações em andamento que necessitassem o reconhecimento contábil. **Nota 21. Seguros (Não Auditados):** Os veículos reconhecidos como imobilizado destinados a locação estão segurados, pelos locatários, em montante suficiente para cobertura de eventuais sinistros. Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo e de responsabilidade civil, a contratação de seguros é efetuada de acordo com o grau dos riscos envolvidos, cuja política é contratar por valores condizentes. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Carlos Alberto Sponchiado - Diretor Administrativo e Financeiro
Jair Aloisio Limberger - Diretor Comercial
Alceu Pereira – Contador – CRC/RS 63.743//O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Diretores e Acionistas da
Citycar Aluguel de Veículos S.A.
Santa Cruz do Sul - RS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da **Citycar Aluguel de Veículos S.A.**, ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Citycar Aluguel de Veículos S.A.,** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. **Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedim